

## A SOCIOECONOMIA ATRELADA A POLÍTICA DE MORADIA SOCIAL EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS (RN)

*Leandra Alves da Silva*

Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

[leandraalves110@gmail.com](mailto:leandraalves110@gmail.com)

*Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador*

Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

[diego.salomao.salvador@ufrn.br](mailto:diego.salomao.salvador@ufrn.br)

**RESUMO:** A compreensão da relação existente entre a problemática urbana e habitacional com a natureza social, nos revela um contexto amplo em que os aspectos socioeconômicos dos indivíduos refletem, dentro do modo de produção capitalista, no qual o Brasil está inserido periféricamente, enquanto país emergente, o não acesso à moradias. Quando tratamos de Timbaúba dos Batistas-RN, este quadro é ainda mais acentuado, por ser tratar de uma cidade que se encontra à margem da periferia do sistema capitalista de produção, pertencente a região do Semiárido do país, espaço que há tempos tem sua mão de obra e matéria prima demasiadamente exploradas. Partindo desse pressuposto, este trabalho objetiva analisar a socioeconomia na perspectiva de compreender sua relação com a problemática habitacional, assim como os desdobramentos das ações implementadas pelo poder público. Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados consistiram em pesquisas bibliográfica, documental e de campo com o levantamento de dados primários, sob análise ideológica do planejamento urbano e habitacional. Com isso, foi possível concluir que a precária condição econômica dos indivíduos é o principal motivo pelo qual esses não conseguem ter acesso a moradia, levando-os a depender de políticas de moradia social para suprir tal necessidade.

**Palavras-chave:** Socioeconomia. Política de moradia social. Timbaúba dos Batistas.

## THE SOCIOECONOMICS LINKED TO SOCIAL HOUSING POLICY IN TIMBAÚBA DOS BATISTAS (RN)

**ABSTRACT:** Understanding the relationship between urban and housing issues and social dynamics reveals a broader context in which the socioeconomic conditions of individuals within the capitalist mode of production, in which Brazil is peripherally integrated as an emerging country result in a lack of access to housing. When we consider Timbaúba dos Batistas, RN, this situation is even more pronounced, as it is a city situated on the margins of the capitalist system of production, located in the country's Semi-Arid region-an area where labor and raw materials have long been excessively exploited. Based on this premise, this study aims to analyze the socio-economic context from the perspective of understanding its relationship with the housing problem, as well as the consequences of the actions implemented by the government. To this end, the methodological procedures employed consisted of bibliographic, documentary, and field research involving the collection of primary data, under an ideological analysis of urban and housing planning. Consequently, it was concluded that the precarious economic condition of individuals is the primary reason why they are unable to access housing, leading them to depend on social housing policies to meet this need.

**Keywords:** Socioeconomics. Social housing policy. Timbaúba dos Batistas.

### 1 INTRODUÇÃO

A compreensão da relação existente entre a problemática urbana e habitacional com a natureza social, nos revela um contexto amplo em que os aspectos socioeconômicos dos indivíduos refletem, dentro do modo de produção capitalista, no qual o Brasil está inserido periféricamente, enquanto país emergente, o não acesso à moradias. Quando se trata de Timbaúba dos Batistas-RN, este quadro é ainda mais acentuado, por ser tratar de uma cidade que se encontra à margem da periferia do sistema capitalista de produção, pertencente a região do Semiárido do país, espaço que há tempos tem sua mão de obra e matéria prima demasiadamente exploradas.

A condição de subordinação dessa cidade e de seu capital humano diante do sistema, reflete e influencia sobremaneira suas condições socioeconômica e habitacional, considerando que o impedimento principal ao acesso a moradias adequadas pelos mais pobres é, sobretudo, sua fragilizada condição econômica. Isso se deve ao entendimento da moradia enquanto um bem a ser comercializado a preços elevados, se tornando inacessível às camadas mais pobres, apesar deste direito está assegurado na Constituição Federal de 1988.

Assim, faz-se necessário uma reflexão acerca das condições socioeconômicas dos moradores contemplados pela política de moradia social de Timbaúba dos Batistas/RN, a fim de compreender como as políticas públicas de moradia de interesse social são essenciais para garantir o acesso a moradia dos grupos sociais mais vulneráveis.

Partindo desse pressuposto, o presente artigo tem como objetivo conhecer a socioeconomia na perspectiva de compreender sua relação com a problemática habitacional, assim como os desdobramentos das ações implementadas pelo poder público, visando amenizar o problema.

As informações acerca da política de moradia social implementada em Timbaúba dos Batistas estão dispersas entre os órgãos que compõem o Poder Público Municipal. Para o alcance, estruturamos uma metodologia que abarcasse além das discussões teóricas, assim foram realizadas pesquisas junto a algumas Secretarias que fazem parte da Prefeitura Municipal, a citar as Secretarias de Assistência Social e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em busca de documentos que pudessem fornecer informações acerca da política desenvolvida na referida cidade, os quais foram analisados conforme a ideologia do planejamento urbano.

Realizou-se também a aplicação de questionários nos conjuntos habitacionais José Damasceno e Timbaúba de Todos (Figura 1), contemplando 35% das moradias sociais. Considerando que há 90 moradias no primeiro conjunto e 45 no segundo, inquiriu-se 32 e 16 famílias respectivamente, compreendendo 48 moradias num total de 135. Esse percentual foi estabelecido considerando a admissão de um erro amostral de 10%, calculado a partir do tamanho de uma amostra para população finita no ano de 2024.



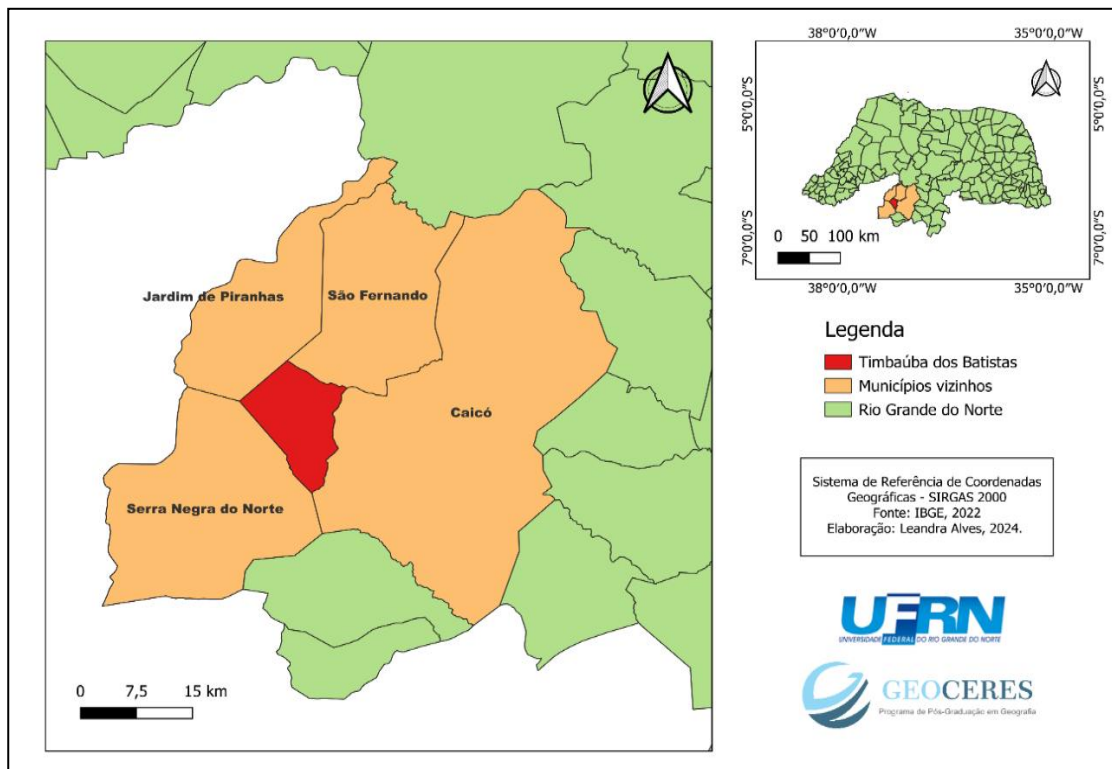
**Figura 1: Imagem aérea dos conjuntos habitacionais José Damasceno e Timbaúba de todos em Timbaúba dos Batistas/RN**  
**Fonte: Google Earth (2024).**  
**Organização da autora (2024).**

Assim, conheceu-se dados das condições socioeconômicas dos beneficiários da política de moradia social em questão, bem como algumas condições infraestruturais das habitações sociais construídas no território de Timbaúba dos Batistas no período 2008-2024.

## **2 O CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE MORADIA EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS**

O entendimento acerca de fenômenos, por mais atuais que sejam, perpassam por uma análise de fatos anteriores. A implementação da política de moradia social em Timbaúba dos Batistas/RN deve considerar as rugosidades do espaço, ou seja, as marcas deixadas pela produção pretérita do espaço, que ainda coexistem na atual organização deste.

Timbaúba dos Batistas é um pequeno município do interior do estado do Rio Grande do Norte, localizado na região imediata e intermediária de Caicó-RN. Este limita-se, ao Norte, com São Fernando e Jardim de Piranhas; ao Sul, com Serra Negra do Norte e Caicó; a Oeste, com Caicó e, a Leste, com Serra Negra do Norte (Mapa 1). E possui apenas 2.348 habitantes e uma área territorial de 135,456 km<sup>2</sup> (IBGE, 2022).



**Mapa 1: Timbaúba dos Batistas/RN e seus municípios vizinhos**  
**Fonte: IBGE (2022). Elaborado por Leandra Alves, 2024.**

O surgimento do município de Timbaúba dos Batistas remete à posse de terra da antiga Fazenda Timbaúba, local de residência de José Batista dos Santos, considerado o fundador da municipalidade (Faria, 2018).

Ainda enquanto fazenda, este espaço, se tornou conhecido nas redondezas por sua atividade canvieira, além disso, também desenvolveu a criação de gado (atividade característica da região) de forma complementar. A propriedade principal da Fazenda Timbaúba sob a posse do Major José Batista dos Santos foi a maior produtora de rapadura, mel de engenho e aguardente do Seridó (atual região intermediária de Caicó). A comercialização desses produtos se dava dentro da região, nos municípios circunvizinhos (Faria, 2018).

Salienta-se que os agentes mais ricos que compunham a sociedade da localidade, como o Major José Batista, detinham residências no campo e na cidade, o que ilustra o seu poder político e econômico, como também os primórdios da concentração fundiária e imobiliária.

Esses processos como a concentração fundiária e imobiliária, assim como a especulação gerada a partir desses, diminuem e influenciam a disponibilidade da terra urbana e das moradias, além de elevar os valores do solo e da residência urbanas, desfavorecendo os grupos mais vulneráveis economicamente. Sendo uma marca histórica da formação urbana do Semiárido Nordeste, espaço que foi assolado desde os primórdios de sua ocupação pelas lógicas perversas do latifúndio e do coronelismo, fortemente existente na região.

No entanto, apesar da concentração de poder, terras, e moradia ter surgido ainda no espaço rural, é na cidade que essa se projeta de modo ainda mais acentuado. Ao que Morais (1999, p. 199) assevera, o processo de modernização “[...] provocou impactos nas relações de trabalho, com sequelas tanto para o espaço rural quanto para o meio urbano.”

Com isso, as políticas públicas habitacionais de interesse social foram adotadas pelo Estado brasileiro como uma tentativa de assegurar o direito à moradia e à cidade a todos. Embora, essas políticas públicas tenham demonstrado, por vezes, condutas clientelistas, voltando-se aos anseios do capital imobiliário.

A política de moradia social mais expressiva da cidade de Timbaúba dos Batistas, foi adensada inicialmente a partir do ano de 2008, quando foram entregues as moradias do conjunto habitacional José Damasceno destinadas à população de baixa renda.

O conjunto habitacional José Damasceno possui 90 moradias, enquanto o Timbaúba de Todos, construído em 2012, possui 45 moradias. Todas as habitações desses conjuntos habitacionais obedecem a um mesmo padrão arquitetônico, exposto a seguir (Figura 2) o que demonstra que se tratam de imóveis de interesse social bastante padronizados e de estrutura simples.



**Figura 2: Moradias dos conjuntos habitacionais de Timbaúba dos Batistas**  
**Fonte: Acervo da autora, 2023.**

Esses empreendimentos populares foram viabilizados por intermédio de programas como o Pró-Moradia, precursor das ações da Cehab (Companhia de Estadual de Habitação e Desenvolvimento urbano), e pelo Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), que atuou no Rio Grande do Norte entre 2008 e 2016. Já o Programa Minha Casa Minha Vida a partir do ano 2009, foi o responsável por financiar as últimas moradias sociais entregues em Timbaúba dos Batistas que se deu em 2012, do conjunto habitacional Timbaúba de Todos, o último implementado na cidade, conforme os documentos analisados no âmbito da Secretaria de Assistência Social do referido município.

Vale salientar que, antes da construção desses conjuntos, muitas pessoas viviam em condições habitacionais muito precárias. Inclusive, houve um período em que a quadra de esportes da Escola Municipal Paulino Batista de Araújo em Timbaúba dos Batistas, era usada para abrigar as famílias mais carentes que não possuíam moradia, de acordo com informações prestadas pelos moradores das habitações.

De acordo com informações obtidas por intermédio da aplicação de entrevista estruturada, no dia 29 de maio de 2024, com uma ex-moradora da quadra de esportes e atual moradora do conjunto habitacional José Damasceno, identificamos que a ocupação dos

indivíduos aos vestiários e camarins da quadra de esportes escolar se deu entre os anos de 2007 e 2008.

Hoje, a estrutura desta quadra que serviu de abrigo às pessoas desabrigadas da cidade de Timbaúba dos Batistas, encontra-se totalmente comprometida, sob risco de desabamento o local está provisoriamente interditado e abandonado. Diante disso, não conseguimos acesso à parte interna, onde estão localizados os vestiários em que residiam os moradores. No entanto, a seguir (Figura 3) podemos ver uma fotografia do local.



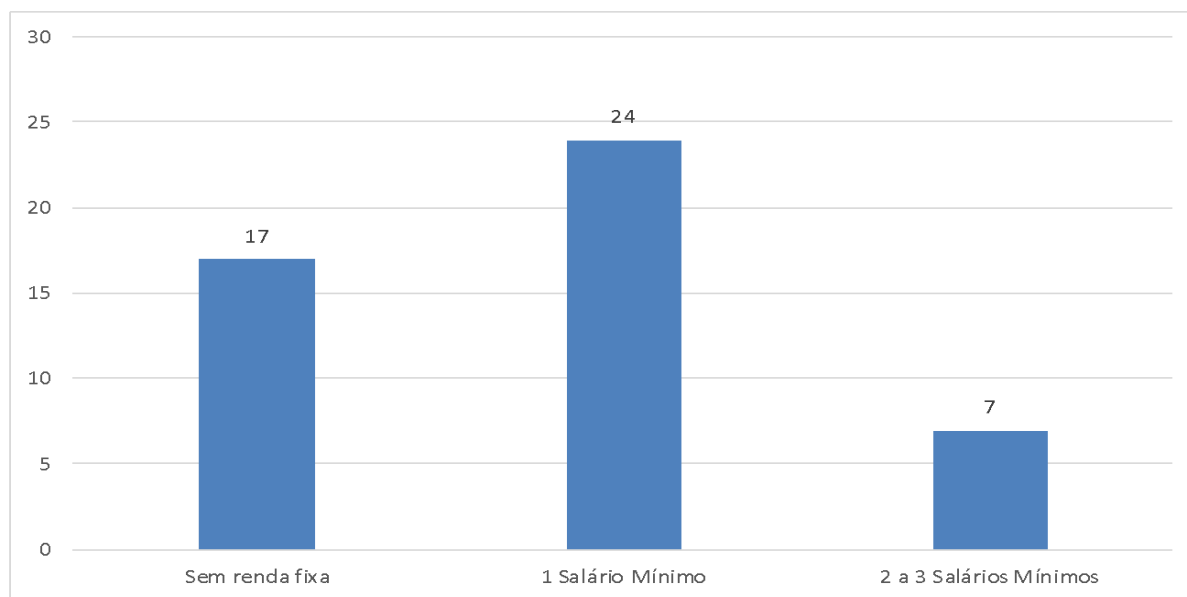
**Figura 3: Quadra de esportes Paulino Batista de Araújo**  
**Fonte: Acervo da autora, 2024.**

A entrevistada ressaltou ainda que entre esse período de tempo, cerca de 10 a 12 famílias moraram neste espaço, algumas perduraram por mais tempo e outras passaram uma temporada, até encontrarem outra opção de moradia. A referida quadra possuía cerca de nove quartos, entre vestiários e camarins. Quando perguntada sobre o principal motivo que a levou a buscar abrigo no interior do ambiente desta quadra, a entrevistada relatou sobre a sua precária condição de vida na época, que não lhe permitia arcar com os custos de um aluguel, e, sobretudo, a ausência de outras opções para recorrer como moradia (Ex-moradora da quadra de esportes, 2024).

Essa realidade de precarização e inadequação, suscitou o desenvolvimento urgente de uma política de moradia social que contemplasse as pessoas mais carentes do município, sobretudo os que estavam em situação de vulnerabilidade social abrigados inadequadamente no interior desta quadra de esportes, além de outros indivíduos que não possuíam acesso à moradia.

### 3 O QUADRO SOCIOECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS PELA POLÍTICA PÚBLICA DE MORADIA SOCIAL EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS

As condições de acesso à moradia dos indivíduos estão totalmente relacionadas às suas condições socioeconômicas, isto torna-se perceptível ao entrevistarmos os moradores dos conjuntos habitacionais alvo do estudo em tela. Muitos alegam a partir de seus rendimentos mensais (Gráfico 1), não possuem condição alguma de construir, comprar ou até mesmo reformar suas moradias.



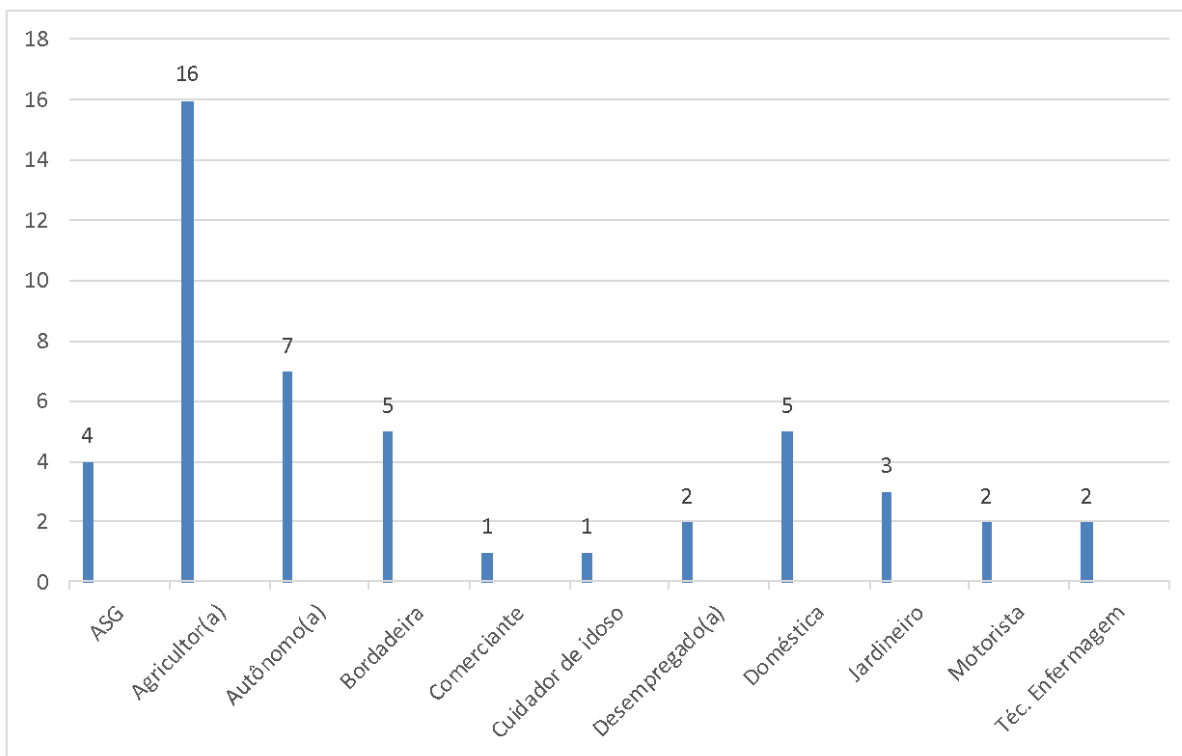
**Gráfico 1: Renda mensal em salários mínimos do responsável pela moradia**  
Fonte: Elaborado pela autora com base nos questionários aplicados, 2024.

Ao contrário do que prega os preceitos dos direitos humanos e constitucionais, a moradia tem se tornado na atualidade, cada vez mais um “artigo de luxo”, inacessível às camadas mais vulneráveis da sociedade (Bonduki, 2004).

Conforme o exposto, os moradores dos complexos habitacionais expressam baixos rendimentos mensais, a grande maioria declara sua renda com valores em torno de um salário mínimo, e outra grande parcela expressa não ter sequer um rendimento fixo, sobrevivendo de renda variável proveniente de atividades autônomas. Apenas, uma pequena parcela dos entrevistados recebe em torno de 2 a 3 salários mínimos, não tendo dentro desse raio de pessoas entrevistadas, rendimentos acima disso.

Nisso, reitera-se que o poder aquisitivo dos grupos familiares interfere na garantia dos direitos à alimentação, à moradia, ao transporte, ao lazer, à cidade, etc. Portanto, os direitos subjugados pelo capital, cabendo ao Estado cumprir suas funções sociais e garantir que todos tenham acesso ao básico (Medeiros, 2021).

No Gráfico 2 podemos observar as profissões que geram renda para esses moradores, percebendo que em sua maioria se tratam de profissões exercidas sem estabilidade.



**Gráfico 2: Profissão dos responsáveis pelas moradias.**

**Fonte: Elaborado pela autora com base nos questionários aplicados, 2024.**

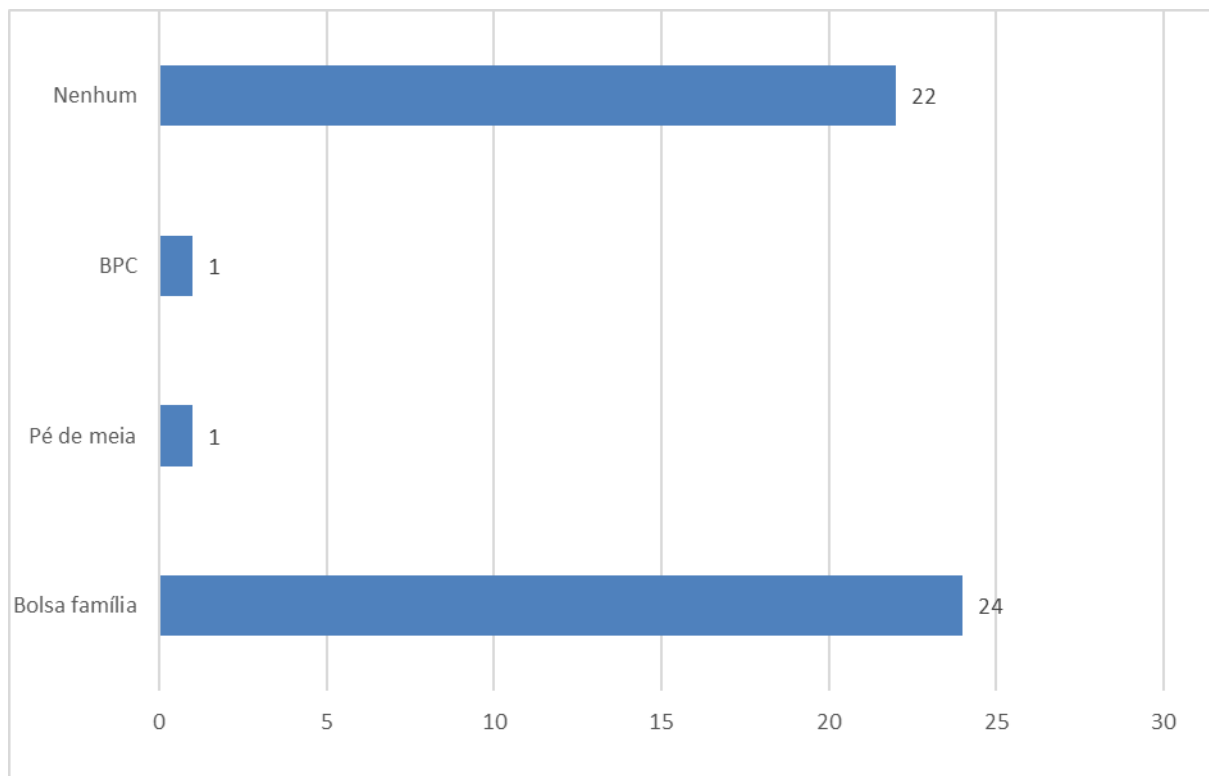
As profissões explicitadas no gráfico acima demonstram atividades econômicas e profissionais ligadas a setores primários e secundários da economia, com necessidade de baixa qualificação e subempregos, a citar o caso de Auxiliares de Serviços Gerais (ASG) e a predominância de agricultores familiares autônomos, que sobrevivem de bicos e do que a terra fornece.

Assim, a escassez de políticas públicas que incentive e/ou garanta a inserção desses moradores no mercado de trabalho não favorece o acesso desse público a emprego que lhes permitam perceber rendimentos maiores. Em alguns casos, não lhes permitem sequer, acesso a empregos formais que garantam um rendimento fixo, onde 17 das 48 famílias entrevistadas não possuem renda fixa, e na maioria desses casos, o meio de sobrevivência são atividades autônomas variáveis ou os programas sociais, a citar o principal, o Bolsa Família.

Todavia, o valor desses benefícios mostra-se diminutos diante de tamanha necessidade. Muito embora, uma parcela significativa dos moradores que se enquadram economicamente no quadro de baixa renda, mas por diversos motivos, não são atendidos pelo programa, reforçando a teoria de que as políticas sociais precisam atender a população de forma conjunta, sobretudo aqueles mais precisam.

Tratando da questão da moradia, é imprescindível que essas pessoas além do acesso à moradia, sejam atendidas por programas de transferência de renda e emprego.

Essas condições reforçam a afirmativa de Gazola (2008) sobre a compartimentação dos direitos humanos ao corroborar as desigualdades sociais, visto que não há como garanti-los isoladamente. Assim, esses dados comprovam que não basta garantir o acesso à moradia. Em verdade, isso deve ser acompanhado pela garantia dos demais direitos sociais previstos no Art. 06º da Constituição Federal (Brasil, 1988). A seguir o Gráfico 3 retrata os principais Programas que beneficiam os entrevistados que se encontram em situação de vulnerabilidade social.



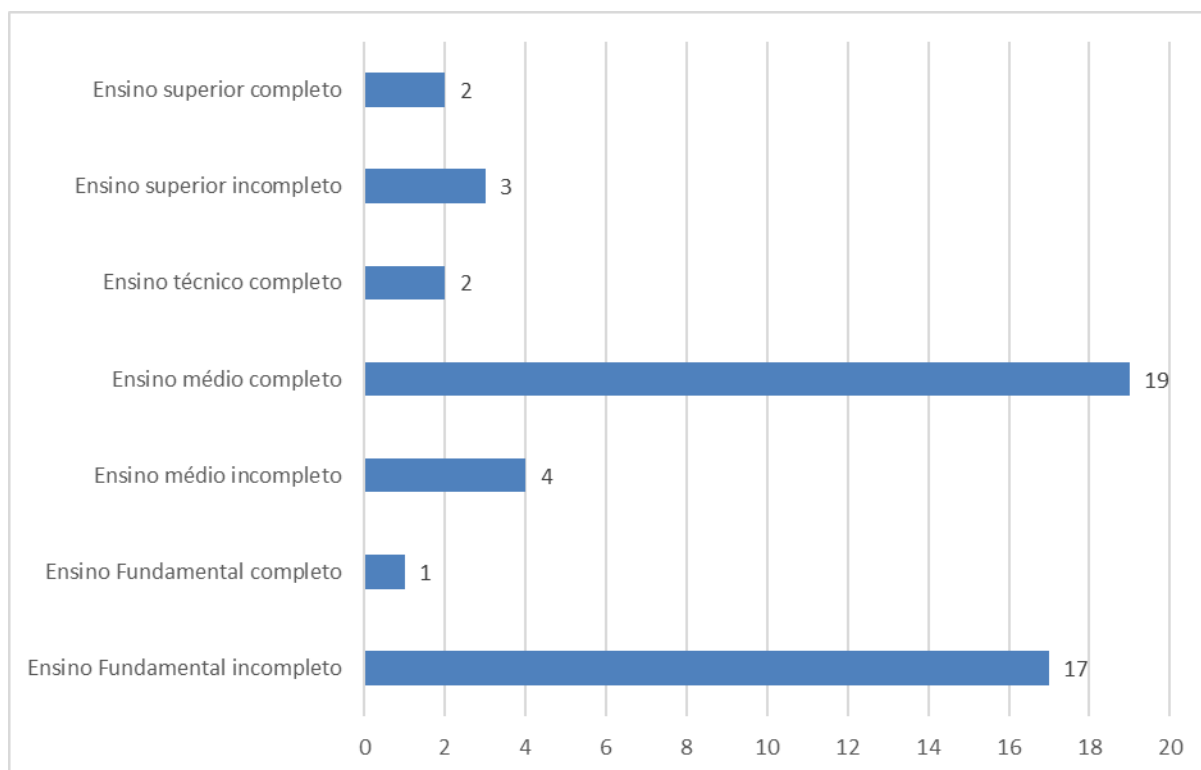
**Gráfico 3: Moradores beneficiados por programas sociais.**  
**Fonte: Elaborado pela autora com base nos questionários aplicados, 2024.**

Este quadro socioeconômico dos moradores dos conjuntos habitacionais de moradia social pode ser justificado, entre outros, pelo critério de escolaridade dos mesmos, considerando que essas pessoas, em sua maioria, não tiveram acesso à educação ou não conseguiram progredir nos estudos da maneira como esperada, por terem que trabalhar para sustentar a família.

Os baixos índices de rendimentos são acompanhados, muitas vezes, por baixos índices de escolaridade. Deve-se considerar que alguns desses indivíduos relataram uma infância e juventude difíceis, marcadas pela frágil condição socioeconômica, rendendo-lhes muitas privações, inclusive alimentar. Em decorrência, eles tiveram que ingressar muito cedo no mercado de trabalho, para garantir sua sobrevivência e a de seus familiares, conforme relatado pelos moradores com os menores índices de escolaridade (Ensino Fundamental Incompleto) durante a pesquisa.

Além disso, os entrevistados ainda relataram que eram da zona rural e na época a educação não era algo acessível nessas áreas. Assim, não se tinha condições para estudar, nem restava tempo, tampouco ânimo para se dedicar aos estudos.

No gráfico a seguir podemos observar um panorama acerca do grau de escolaridade dos moradores entrevistados, constatando o relatado (Gráfico 4). Vale destacar que este índice corresponde ao maior grau de escolaridade dentre os entrevistados.



**Gráfico 4: Os níveis de escolaridade dos moradores.**

**Fonte: Elaborado pela autora com base nos questionários aplicados, 2024.**

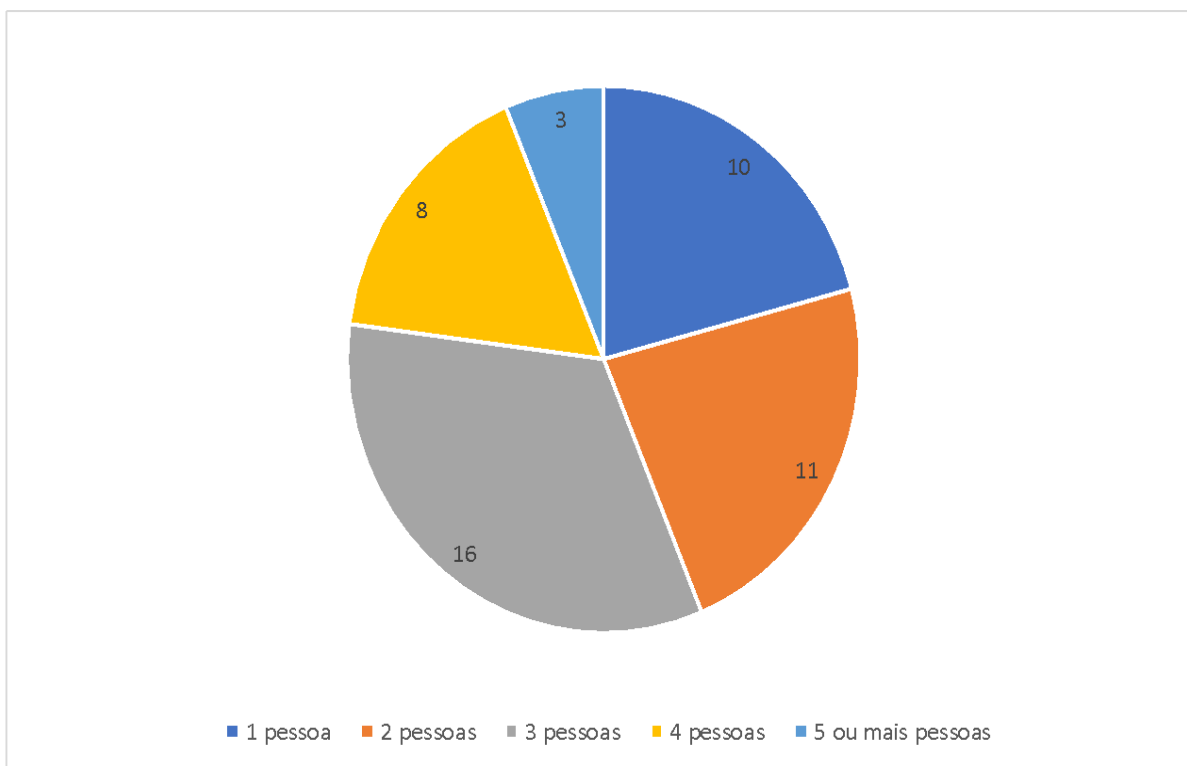
Portanto, percebe-se a existência de uma relação direta entre escolaridade e a renda. Todavia, concordamos com Frigotto (2015) ao apontar que a escolaridade não é o único fator determinante do rendimento familiar. O autor assegura que é necessário considerar sobretudo o processo histórico das relações sociais e as contradições e desigualdades para compreender o rendimento do indivíduo ou de sua família.

Esses fatores contribuem para que a questão habitacional de Timbaúba dos Batistas perdue, já que dada a sua complexidade, é preciso que haja uma atuação de diversas políticas públicas para além da construção de moradia social. Ademais, isso deve ocorrer de forma concomitante, a fim de reduzir sensivelmente essa problemática.

#### 4 AS PARTICULARIDADES DAS MORADIAS SOCIAIS EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS

Além dos aspectos socioeconômicos dos moradores contemplados com as moradias sociais, investigou-se também o desdobramento da política de moradia implementada em Timbaúba dos Batistas através da estrutura das residências.

Os dois complexos habitacionais, José Damasceno e Timbaúba de Todos, possuem um mesmo padrão de estrutura das casas, sendo compostas por 1 sala, 1 cozinha, 2 quartos e 1 banheiro, totalizando 5 cômodos, exceto aquelas que passaram por reforma de ampliação. De acordo com os resultados dos questionários aplicados, as moradias são ocupadas de formas diversas, desde imóveis que possuem apenas um morador, até moradias que abarcam cinco ou mais residentes (Gráfico 5).



**Gráfico 5: Quantidade de residentes por moradia. 2024.**

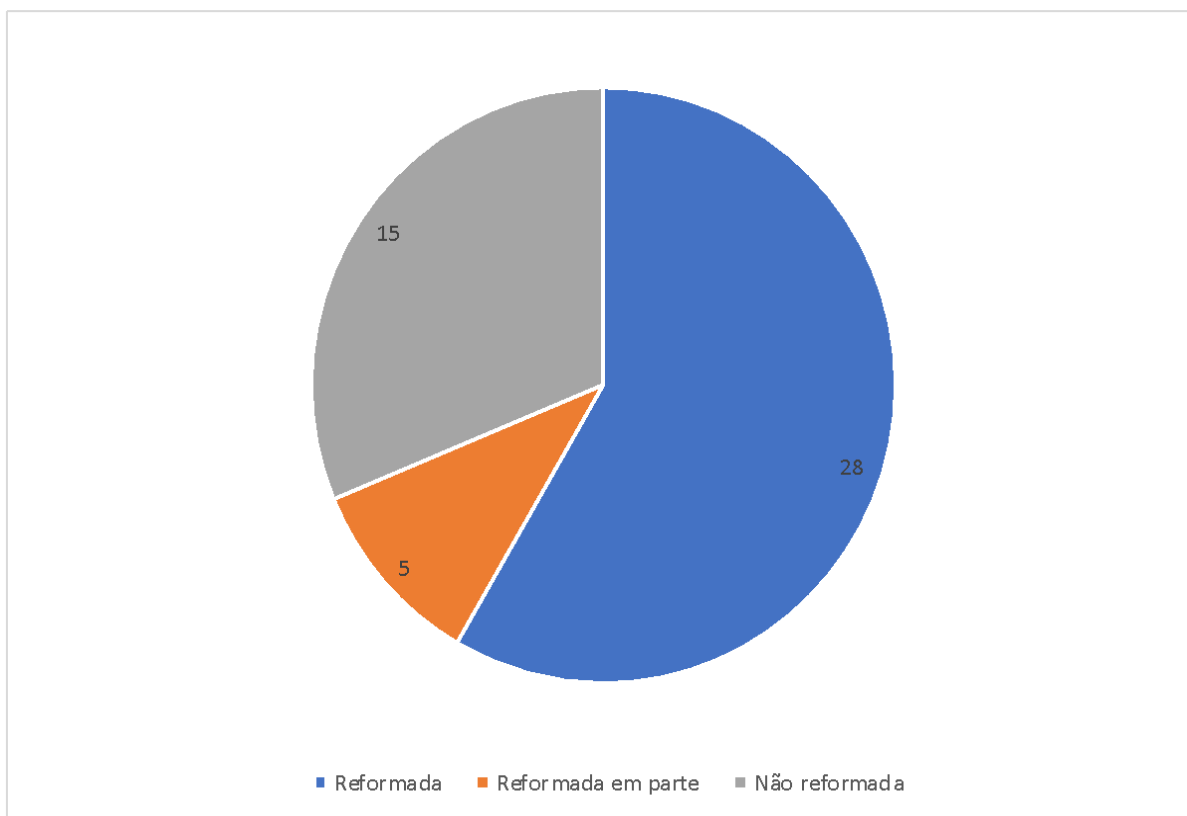
**Fonte: Elaborado pela autora com base nos questionários aplicados, 2024.**

Com exceção das moradias que hoje estão ocupadas por apenas um ou dois moradores, a grande maioria expressou insatisfação com o tamanho dos imóveis, principalmente, no que diz respeito à cozinha. Embora, todas as moradias possuam espaço no

terreno que contempla o quintal das casas, o que possibilita uma ampliação dos cômodos, muitos moradores não possuem condições de realizar melhorias nesse sentido. Inclusive, percebeu-se indagações no tocante a não utilização desses espaços por parte daqueles que idealizaram e/ou executaram as construções das moradias, proporcionando um tamanho maior às casas.

O fato dessas moradias terem todas o mesmo tamanho, coloca em pauta ainda, o princípio da equidade, quando pensa-se, principalmente, nas famílias que possuem 5 ou mais integrantes. Identifica-se, ainda, a persistência de carências habitacionais no que tange a estrutura das moradias, a partir da necessidade de reformas nas residências.

Dado o período de construção das moradias 2008-2012, de ambos os conjuntos habitacionais, evidenciamos que muitas das estruturas das casas se encontram deficitárias. Abaixo (Gráfico 6) podemos ver dados coletados a partir do questionário acerca da necessidade e realização de reforma nas moradias.



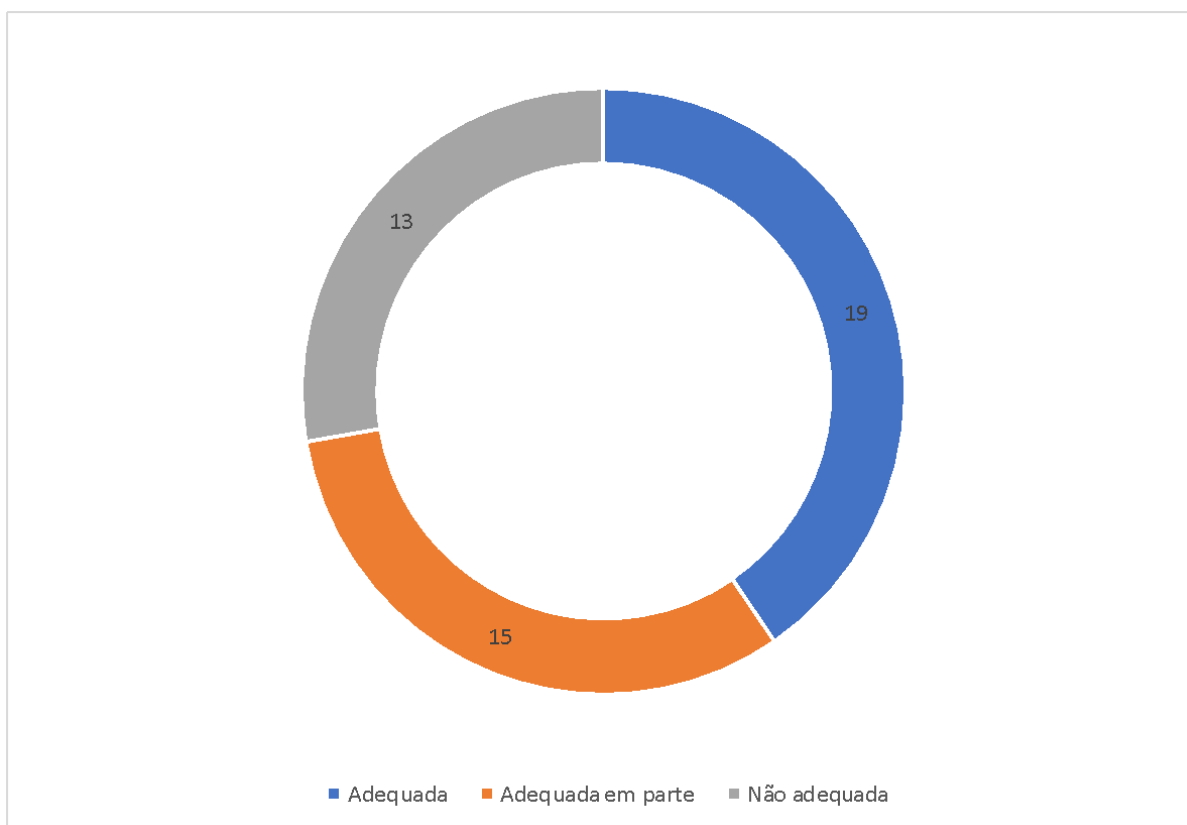
**Gráfico 6: Quantidade de moradias reformadas. 2024.**

**Fonte: Elaborado pela autora com base nos questionários aplicados, 2024.**

Conforme o exposto, num total de 48 moradias onde foram aplicados os questionários, 28 passaram por reformas consideráveis, 5 por pequenos ajustes e 15 por nenhum tipo de reforma. Vale destacar, que todas as moradias reformadas realizadas, foram custeadas pelos próprios moradores, e aquelas que não foram feitas melhorias ainda, o principal motivo se dá pela insuficiência econômica de seus proprietários, no entanto, a necessidade é bem visível.

Além disso, para além de um número considerável de residências com a infraestrutura original, mesmo os imóveis reformados possuem até no máximo sete cômodos. E as modificações realizadas consistem, geralmente, em ampliar os cômodos como a cozinha, que é uma parte bastante criticada pelos moradores, por seu tamanho diminuto, construir outro banheiro, considerando que a moradia contempla apenas um, e aumentar o tamanho ou até mesmo construir outro quarto.

Além disso, questionamos os moradores acerca da sua percepção sobre a adequação da estrutura das moradias sociais, considerando sobretudo os imóveis na forma como eles foram concedidos (Gráfico 7).



**Gráfico 7: Adequação da estrutura das moradias sociais. 2024.**  
**Fonte: Elaborado pela autora com base nos questionários aplicados, 2024.**

É perceptível, de acordo com as informações levantadas, a divergência de opiniões em relação a adequação ou não da estrutura das moradias. No entanto, podemos perceber no ato da aplicação dos questionários que a maior parte das pessoas que consideram as moradias sociais adequadas se dá pelo fato de ser algo “concedido” “gratuito”, e dessa forma muitos consideram que o que foi entregue é aceitável.

Apesar das pessoas que pensam desse modo, tivemos outros indivíduos que criticaram a estrutura das moradias, considerando principalmente, o tamanho do imóvel, no qual não foi visto como adequado para uma família acima de 3(três) pessoas. Além disso, muitas críticas foram direcionadas aos materiais utilizados no processo de construção das moradias, julgados de baixa qualidade.

Ademais, as pesquisas junto às diversas secretarias que integram a Prefeitura Municipal de Timbaúba revelaram que há uma busca pelo alinhamento e intersectorialidade entre esses órgãos, para combater as deficiências quanto à sistematização das ações e demandas entre eles.

Também ao longo das pesquisas junto à Prefeitura Municipal desta cidade, e suas secretarias, evidenciamos a não existência de um Plano Diretor Municipal, documento previsto no Estatuto da Cidade que orienta o desenvolvimento planejado. A ausência desse plano no âmbito da cidade de Timbaúba dos Batistas, é explicada pela não obrigatoriedade deste documento para os municípios com menos de 20 mil habitantes. O que pode ser identificado como uma lacuna no sistema urbano brasileiro.

A não existência do Plano Diretor Municipal, e nem da delimitação de bairros no âmbito da referida cidade, podem representar um obstáculo à implementação de futuras políticas habitacionais nesta urbe. Como por exemplo, a análise de uma boa localização para implementação. Além disso, apesar das políticas já implementadas nesse sentido até o momento, podemos perceber que ainda existem lacunas a serem superadas em relação às condições habitacionais da cidade, bem como para reverter o quadro socioeconômico dos indivíduos mais vulneráveis de Timbaúba dos Batistas.

A paisagem urbana, as condições habitacionais e socioeconômicas reveladas através da aplicação dos questionários utilizados por este estudo, identificou que os conjuntos habitacionais pesquisados ainda carecem de novas intervenções públicas a fim de minimizar suas problemáticas habitacionais e socioeconômicas.

Isto se faz necessário por considerarmos que os direitos humanos são interdependentes entre si, e a moradia não pode ser considerada de modo isolado. Logo, não há como garantir um deles, sem que isso seja acompanhado pelo pleno gozo dos demais direitos, assim como já foi exemplificado a relação entre moradia adequada e outros fatores como saneamento básico, infraestrutura da área, emprego e renda, dentre outros.

Cabe salientar que, além da ocupação de residências com infraestrutura irregular, inclusive, de moradias localizadas nos conjuntos habitacionais estudados (Figura 4), conforme já mencionado, há situações de famílias em que não possuem condições financeiras de realizarem reformas/melhorias em suas moradias. Assim, com o passar do tempo de suas construções, muitos imóveis encontram-se com as estruturas comprometidas.



**Figura 4: Precarização de moradias dos conjuntos habitacionais estudados**  
**Fonte: Acervo da autora, 2024.**

No entanto, os aspectos esboçados através da ocupação de moradias com infraestrutura inadequada e/ou dos pequenos rendimentos per capita, não é um fenômeno recente em Timbaúba dos Batistas. Conforme já discutido, essa disparidade nas relações sociais foi firmada no campo e migrou para a malha urbana, a partir da elite outrora rural que projetou seu poderio econômico e político na cidade, ocupando as habitações adequadas e dotadas de infraestrutura.

Além disso, segundo depoimentos, ao receberem as moradias, foi necessário realizar serviço no sistema de encanação, no qual, os esgotos das casas eram direcionados para o quintal. Assim, por conta própria, cada morador redirecionou sua rede de água usada para a rua, o que logicamente não resolveu o problema, e acabou gerando ainda por cima outros. No quadro abaixo (Quadro 1), podemos perceber a afirmação desse problema na opinião dos moradores.

<b>Entrevistado</b>	<b>Opinião</b>
Morador A	“Implementação do saneamento básico na área das moradias”
Morador B	“As moradias deveriam serem feitas com melhores materiais de construção, visando uma maior durabilidade e segurança”
Morador C	“O tamanho dos cômodos das moradias deveria serem maiores, visando famílias grandes”
Morador D	“Deveriam serem feitas reformas, devido ao tempo de construção das casas, e as famílias que não possuem condições de reformar”
Morador E	“Esgoto sanitário, devido o odor dos esgotos que ficam em frente às casas”
Morador F	“A qualidade dos materiais da casa como portas, janelas e reboco das paredes”
Morador G	“Melhorias no esgoto sanitário, caixa d'água e banheiro”
Morador H	“Melhoria no tamanho dos cômodos, inclusive na cozinha, que é um dos menores com exceção do banheiro”

**Quadro 1: Melhorias necessárias às moradias sociais de Timbaúba dos Batistas de acordo com os moradores**

**Fonte: Elaborado pela autora com base nos questionários aplicados, 2024.**

Além da questão que remete a problemática sanitária, podemos identificar vários outros problemas no âmbito das moradias sociais da cidade de Timbaúba dos Batistas, a citar: o tamanho diminuto dos cômodos das casas; necessidade de reformas nas moradias das pessoas mais carentes que ainda não o fizeram, embora haja necessidade; e a baixa qualidade dos materiais empregados no processo de construção das moradias, o que acarreta na pouca durabilidade dos imóveis.

Sob tal ótica, podemos afirmar que a política de moradia social contribui sobremaneira para a produção do espaço urbano, principalmente, das pequenas cidades, onde o Estado se apresenta como principal articulador urbano. Afirmamos, também, que as contribuições da política de moradia social vão muito além da expansão urbana, exercendo função social. No entanto, existem desafios a serem superados.

De acordo com a opinião das famílias contempladas pelos questionários aplicados, podemos afirmar que uma das maiores funções exercidas pela concessão da moradia é a dignidade adquirida através do acesso a casa própria. No quadro a seguir (Quadro 2), elencamos algumas das respostas fornecidas pelos moradores dos conjuntos habitacionais, a respeito do impacto das moradias sociais para a população de Timbaúba.

<b>Entrevistado</b>	<b>Opinião</b>
Morador A	“Saída do aluguel e acesso a casa própria”
Morador B	“Dignidade e casa própria”
Morador C	“O acesso a casa própria e expansão da cidade”
Morador D	“Possibilitou a fixação na cidade das pessoas que moravam no sítio”
Morador E	“Concessão de casas às famílias carentes que não tinham onde morar”
Morador F	“A saída do aluguel, a aquisição da casa própria e a fixação na cidade das pessoas que moravam no sítio”
Morador G	“Livrar as pessoas mais carentes do aluguel excessivo”
Morador H	“O acesso a casa própria, embora muitos dos contemplados tenham vendido”

**Quadro 2: Os principais impactos das moradias sociais para a população de Timbaúba dos Batistas de acordo com os moradores**

**Fonte: Elaborado pela autora com base nos questionários aplicados, 2024.**

A construção de conjuntos habitacionais na cidade de Timbaúba dos Batistas foi uma iniciativa que melhorou consideravelmente a questão da moradia, tendo em vista a quantidade de pessoas beneficiadas com a casa própria, a extinção das casas de taipa na zona urbana, a migração de pessoas da zona rural para a área urbana, a fixação de pessoas na cidade e a ampliação da infraestrutura urbana. Além disso, os benefícios alcançados com a construção dessas novas moradias possibilitaram a expansão da cidade na direção leste e do município, muito embora ainda persistam algumas problemáticas relativas à questão habitacional na cidade conforme já abordamos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises desenvolvidas ao longo deste trabalho permitem afirmar que a problemática habitacional no Brasil e, de modo particular, em Timbaúba dos Batistas, não pode ser compreendida como um fenômeno isolado ou meramente técnico, passível de solução exclusiva por meio da ampliação da oferta de unidades habitacionais. Trata-se, antes, de uma expressão estrutural das desigualdades produzidas pelo próprio modelo de desenvolvimento urbano e econômico vigente.

Nesse contexto, embora as políticas de moradia social representem avanços sociais e urbanos relevantes, sua eficácia revela-se limitada quando dissociada de uma abordagem mais ampla, capaz de enfrentar as determinações socioeconômicas que condicionam o acesso à cidade. A produção habitacional, quando orientada predominantemente por lógicas quantitativas, tende a reproduzir padrões de segregação espacial e precarização urbana, não assegurando, por si só, a efetivação do direito à moradia em sua dimensão plena.

Dessa forma, sustenta-se que a política habitacional deve ser repensada para além da entrega de moradias, incorporando uma perspectiva integrada que articule planejamento urbano e inclusão socioeconômica a partir da geração de emprego e renda para os beneficiários da política de moradia, fornecendo-lhes assim, melhores condições de vida e menor dependência do Estado. Isso implica reconhecer que o direito à moradia está intrinsecamente vinculado ao acesso à infraestrutura, serviços públicos e oportunidades, sem os quais a habitação se reduz a uma solução incompleta.

Por fim, entende-se que o enfrentamento da questão habitacional demanda uma inflexão no próprio papel do Estado, que deve atuar não apenas como provedor de unidades

habitacionais, mas como agente articulador de políticas estruturantes. Sem essa mudança de paradigma, as intervenções tendem a permanecer no campo paliativo, incapazes de alterar, de forma significativa, o quadro de desigualdade urbana que marca a realidade brasileira.

## REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. 344 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 16 jun. 2024.

FARIA, A. C. A. **A elaboração de um livro paradidático como proposta metodológica para o ensino de Geografia**. 2018. Dissertação (Mestrado em geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasil.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas**. Revista Trabalho Necessário, v. 13, n. 20, p. 206-233. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8619>. Acesso em: 07 abr. 2024.

GAZOLA, P. M. **Concretização do direito à moradia digna: teoria e prática**. Belo Horizonte: Fórum, 2008. 272 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades 2022: Timbaúba dos Batistas**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/timbauba-dos-batistas/panorama>. Acesso em: 6 dez. de 2023.

MEDEIROS, R. V. **Entre o direito e a negação à moradia: análises das políticas públicas de moradia social em Caicó**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó.

MORAIS, I. R. D. **Desvendando a cidade: Caicó em sua dinâmica espacial**. Brasília: Senado Federal, 1999.